

Lugares de papel: os coronéis na cidade de Ilhéus e no romance *Gabriela, cravo e canela*

Messias Nunes Correia
Cláudio do Carmo Gonçalves
UESC

Resumo: O artigo evidencia a metamorfose estética da arquitetura da cidade e os discursos de progresso associados ao coronelismo. Objetiva-se a identificação dos lugares construídos, ocupados e transitados pelos fazendeiros no cenário urbano, político e no romance *Gabriela, Cravo e Canela*. Nesse aspecto, a partir da obra em estudo, analisa-se a crítica de Jorge Amado a uma visão hegemônica do discurso de progresso sob o signo dos coronéis. Para tanto, percorre-se a análise da obra de Jorge Amado em diálogo com a historiografia regional, da investigação dos jornais *Gazeta de Ilhéus*, *Jornal de Ilhéus* e *Correio de Ilhéus*, que circulavam na cidade, na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Lugares, Memória, História, Literatura, *Gabriela, Cravo e Canela*.

Abstract: *The article highlights the metamorphosis aesthetics of the city's architecture and discourses of progress associated with the Colonels. The objective is to identify the places, built, occupied and retained by farmers in the urban landscape political and novel Gabriela, Clove and Cinnamon. In this respect, from the work study, analyzes the critical Jorge Amado a hegemonic vision of discourse progress under the sign of the colonels. To do so, runs the analysis of the work of Jorge Amado in dialogue with the regional historiography, research Ilheos Gazette newspapers, newspaper and mail Ilheos Ilheos, which circulated in the city in the first half of the twentieth century.*

Keywords: *Place, Memory, History, Literature, Gabriela, Clove and Cinnamon.*

O artigo analisa os lugares de memória dos coronéis na cidade de Ilhéus e no romance *Gabriela, Cravo e Canela*. É importante perceber os diálogos entre as narrativas literárias e históricas nas descrições desses lugares. Para tanto, compreende-se a categoria de lugar, enquanto instância física, que se configura, altera, ganha sentido por meio das relações antropológicas de identificação, assimilação, demarcação e vínculo de coexistência.

Alguns conceitos, na contemporaneidade, são movediços e, em algumas situações, se abrem a outros significados, haja vista as mudanças nas instâncias sociais, econômicas, culturais e, especialmente, nos âmbitos tecnológicos, a partir da segunda metade do século XX. A ideia de

território, espaço, lugar e fronteira têm sido alvo de questionamentos e revisões nos estudos contemporâneos, principalmente, na conjuntura atual de globalização.

As categorias aplicadas nessa análise, embora não desconsidere essas novas abordagens, não têm o compromisso com as formas atuais de globalização, uma vez que se discute o lugar sob o signo das transformações urbanas e seu desenvolvimento a partir da burguesia do cacau, das investidas do progresso dos coronéis na cidade de Ilhéus, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido, as alterações físicas estão inseridas num ideal de civilização que se constrói à luz da modernidade, confirmando a hipótese de que, os lugares construídos e ocupados pelos representantes do poder local se apresentam tanto na literatura de Jorge Amado, quanto na historiografia.

Para Certeau (2001), *lugar* implica uma configuração de posições que se articula instantaneamente e alude estabilidade; desse modo, os elementos que o compõem situam em seu “próprio” lugar que é, por sua vez, distinto; único. Em outras palavras, o lugar se mostra de maneira mais unívoca e estável e, em certos sentidos, diferencia-se dos espaços que são formados pela ocupação transitória, momentânea e móvel.

A perspectiva de lugar segundo Augé (1994), define-se como identitário, relacional e histórico e é, por sua vez, formado por vínculo, também afetivo que se dá no conjunto de elementos que coexistem dentro de certa ordem. Para ele, o lugar é entendido como realidade antropológica e “é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem os observa. [...] Ele é, antes de mais nada, geométrico” (AUGÉ, 1994, p. 51,55). A ação sobre o geométrico, sobre o lugar, o movimento e o trânsito fazem dele um espaço, ou seja, um lugar animado.

Outra análise importante sobre o problema do lugar é feita por Santos (2005), para o qual existe uma relação dialética entre o mundo, enquanto instância totalizante, e o lugar que o torna perceptível, empiricamente. Do mesmo modo, o que se entende por lugar se dá pela existência da tecnosfera ou os objetos materiais que o comportam e, ao seu lado, a psicosfera, ou seja, as ações e as relações estabelecidas pelos grupos humanos.

O mundo totalizante, suas condições, normas e leis são vistas como estranhas em âmbitos sociais mais restritos. Cabe ao lugar que, de antemão, é próximo, restituir o mundo e traduzi-lo à esfera de um recorte espacial. Assegura-se que há o constante diálogo entre o mundo totalizante e o lugar, de modo que “cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2005, p. 170).

Essas induções comprovam que as transformações dos lugares urbanos, de Ilhéus, dialogam nas esferas de maiores dimensões do projeto moderno de proporções universais. Sendo assim, a cidade passa por profundas alterações, tanto no cenário físico das suas ruas, das praças, das construções, da arquitetura, como diante dos símbolos que, erguidos, expressam e demarcam os lugares associados aos donos do cacau.

Simultaneamente, a essas alterações estão às instâncias e as complexas relações sociais, além do crescimento da lavoura cacauzeira e o valor impetrado ao fruto na pauta de exportações da Bahia.

O romance *Gabriela, Cravo e Canela* ressalta a expectativa em torno da grande produção de cacau e, por sua vez, associa ao êxito das safras à prosperidade e desenvolvimento da cidade de Ilhéus. A voz do narrador abre o enredo com a expectativa da elite ilheense pela promessa de uma promissora colheita de cacau a que “falavam da safra anunciando-se excepcional, a superar de longe todas as anteriores.

Com o preço do cacau, em constante alta, significava ainda maior riqueza, prosperidade, fartura, dinheiro a rodo”(AMADO, 2002, p. 7). O tempo da narrativa, 1925, confunde-se com a hegemonia da produção cacauzeira, em larga escala, no sul da Bahia. O período compreendido entre as duas primeiras décadas, do século XX, assinala o apogeu das exportações do produto, principalmente, a partir de 1904, com a excelente valorização do fruto no âmbito das exportações:

O produto assumiu a liderança da pauta estadual, assegurando a performance até o final da primeira república, chegando em alguns anos a contribuir com mais da metade do total arrecadado pelo estado, sem que em nenhum momento, tinha registrado participação inferior a 30% (FALCÓN, 1995, p. 41).

Essa hegemonia, na pauta estadual, se fazia evidente nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas, pois “a cultura do cacau dominava todo sul do estado da Bahia, não havia lavoura mais lucrativa, as fortunas cresciam, crescia Ilhéus, capital do cacau” (AMADO, 2002, p. 13). Essa conjuntura regional se caracteriza pelos acirrados conflitos que persistem desde a conquista das terras pelo uso da força, da violência, “homens matando-se traiçoeira e cruelmente pela posse de vales e colinas, de rios e serras, queimando as matas, plantando febrilmente roças e roças de cacau” (AMADO, 2002, p. 9) e se desdobra nas relações políticas impetradas na cidade de Ilhéus. De tal modo, a ocupação dos lugares urbanos pelo coronelismo é precedida da ocupação das terras, portanto, a alteração da cidade é, significativamente, marcada pelo desenvolvimento dessas conquistas e da produção do cacau. As posses das terras são, gradativamente, reconhecidas pelo Estado, que na concessão das escrituras se beneficia economicamente com os novos ricos:

Convidam-se todos os invasores da Sesmaria Jacarecica que não tiveram escriptura das terras que ocupam, a legalisar as posses, entendendo-se nessa cidade com o dr. Ruy Penalva ou em Cachoeira com major José Pereira da Cruz, afim de receber a escriptura (Jornal de Ilhéos, 1913).

O governo regional, apesar das especificidades, está, diretamente, associado ao Estado e *pari passu* à fragmentação política da Primeira República, nos deslocamentos de poderes nas mãos das oligarquias agrárias que instaura o coronelismo. De acordo com Leal (1997), o coronelismo atua no reduzido cenário do governo local e o isolamento é uma das características desse fenômeno. Porém, existe uma relação entre os municípios e os governos estaduais e federais, à medida que esses últimos utilizam de maior representatividade, usam as atribuições da máquina para favorecer aos candidatos e recompensar os municípios, dando-lhes maior autonomia em troca de apoio aos candidatos.

Outro fator importante é que muitos municípios, sem receita suficiente, dependem do estado para a realização de obras de maior proveito. Essa falta de alternativa não deixa de se caracterizar como uma forma de submissão dos municípios em relação aos estados.

Diante disso, o compromisso das instâncias maiores do governo está nos retornos, atribuições e benefícios que as demandas municipais podem oferecer. De antemão, o coronelismo, no sul baiano, é uma forma de incursão e exercício do poder privado sobre o que é público e sua autoridade e o *status* advêm do reconhecimento da propriedade e da produção de cacau, já que grande parte desses proprietários não possui qualificação educacional e muitos são analfabetos ou semi-analfabetos. Assim, o movimento político local está, intrinsecamente, associado à patente.

A maior parte dos coronéis não eram coronéis. Pouco, em realidade, os fazendeiros que, que começos da República e da lavoura do cacau, haviam adquirido patente de coronel da Guarda Nacional. Ficava o costume: dono de roça de mais de mil arrobas passava normalmente a receber o título que ali não implicava em mando militar e, sim, no reconhecimento da riqueza (AMADO, 2002, p. 22).

É em torno dos coronéis e da riqueza gerada pelo cacau é que circulam os demais grupos sociais, tanto as camadas menos favorecidas, como os trabalhadores rurais que vivem em constante temor, por não terem a quem recorrer em suas reivindicações; quanto aos comerciantes, advogados, padres e cabarés.

O apogeu do cacau que dinamiza a cidade de Ilhéus é antecedido por grandes problemas econômicos e sociais que se arrastam desde o período colonial. O povoamento das terras se dá a partir de 1532, período de investidas dos colonizadores no extenso território litorâneo, precedida da recém chegada dos portugueses em 1500.

Numa convergência historiográfica e literária, Falcón (1995), afirma que Dom João IV doa para Jorge de Figueiredo Correa parte de terras do litoral sul do Estado. Fato descrito na ficção amadiana por ocasião da procissão realizada em promessa a São Jorge, padroeiro da cidade, que faça chover afim de não perder a safra cacauera:

Como poderia São Jorge ficar indiferente a tanta aflição? Vinha ele dirigindo, bem ou mal, os destinos dessa terra, hoje do cacau, desde os tempos imemoriais da Capitania. O donatário, Jorge de Figueiredo Correia, a quem o rei de Portugal dera, em sinal de amizade, essas dezenas de léguas povoadas de silvícolas e de pau-brasil (AMADO, 2002, p. 9).

A esta doação não significa um expressivo desenvolvimento, mas acena para uma incapacidade, por parte dos donatários, em administrar suas terras e promover o crescimento econômico e social da pequena vila. Identificam-se alguns engenhos de açúcar, mas que não traduzem um efetivo comércio. Essa timidez contribui para a divisão das terras em sesmarias e isso não constitui em avanços para o povoado.

Desse modo, “até o começo do século XIX, Ilhéus não passava de um pequeno povoado fundado pelos jesuítas, cujas edificações, mais importantes, eram uma igreja e um colégio” (FALCÓN, 1995, p. 38). Sobre isso, o coronel Ribeirinho, personagem do romance, sob a égide do progresso, afirma: “quando eu desembarquei aqui, em 1902, para o mês faz vinte e três anos, isso era um buraco medonho. Um fim de mundo, caindo aos pedaços [...] Ponte para atração não havia, umas ruas sem calçamento, movimento pequeno” (AMADO, 2002, p. 16-17).

Então, a cultura do cacau se configura como um marco e a transição de um período de estagnação à euforia do discurso civilizador, uma vez que, a partir de 1904, Ilhéus passa por mudanças significativas em seus espaços urbanos e sociais. “Hoje é o que se vê. Cada dia é uma rua nova. O porto entupido de embarcação” (AMADO, 2002, p. 16-17).

De acordo com Santos (1997), o fenômeno de transformação desses espaços dialoga com a conjuntura e as instâncias econômicas, políticas e emerge das atribuições e dos sentidos que são inferidos, à própria cidade em questão.

Os lugares e os espaços em interfaces estão inseridos nos discursos do coronelismo; o primeiro, enquanto conjuntos de objetos, de materialidade; o segundo, enquanto atividade, dinamismo e significados que lhes são dados pelo homem. Esses espaços são compostos pelos elementos: homens, firmas, infra-estruturas e instituições. Em outras palavras, os lugares e os espaços são intercambiados pelo social, pelas forças que agem, dialeticamente, nessas instâncias.

Nesse sentido, sob a égide do progresso difundido pela elite cacauera convive, inevitavelmente, com alguns resquícios do passado recente, uma vez que, a cidade de Ilhéus

enfrenta graves problemas de limpeza pública, espaço para as necessidades básicas dos transeuntes, comerciantes, trabalhadores urbanos e visitantes, que utilizam das ruas e, até mesmo, os lugares mais “nobres” como mictórios e latrinas:

O mais triste espetáculo e o maior escândalo, que se pode presenciar n'uma cidade, que em foros de civilizada, e que é sede de umas das mais importantes comarcas do Estado, pela população, extensão, por seu comércio e lavoura [...] A parede do lado leste da capela de são Sebastião está transformada em mictório: já não se pode ouvir missa e assistir a quermesse [...] É de quem a culpa senão do srs. Presidente do conselho e intendente municipal [...] De quem é a culpa senão dos srs. Domingo Adame e Ernesto Sá, que assaltam municipalidade, pelo direito da força, pela prepotência, e nela só agem de acordo com suas conveniências (Gazeta de Ilhéus, 1903).

Essa reportagem, além de oferecer fortes indícios do cenário urbano de Ilhéus sugere, de igual modo, a compreensão dos impasses entre dois grupos que disputam o poder político e econômico. De um lado, a família de Domingos Adami de Sá, do outro, a de Antonio Pessoa da Costa e Silva; “o coronel Adami, herdeiro político da família extensa Sá. Latifundiários e escravocratas, os membros dessa família ocuparam o poder municipal quase que ininterruptamente durante o século XIX e início do século XX” (RIBEIRO, 2005, p. 40).

A crítica deferida pelo Jornal *Gazeta de Ilhéus* traz um teor de contestação e de posicionamento antagônico, já que o jornal, inaugurado em 1901, tem em sua composição, os interesses dos fazendeiros ligados a Antonio Pessoa, que aproveitam o espaço, impresso, para acusar a família Adami de ser a responsável pelo atraso da cidade de Ilhéus e, além disso, de serem escravocratas.

Antônio Pessoa exerce cargos importantes na sociedade ilheense, como promotor público e deputado da província e, de acordo com Ribeiro (2005), centraliza seu discurso para uma alternativa moral, por ser este, abolicionista e de origem humilde. Tática adotada pelos adamistas no *Jornal Lucta*, articulado, principalmente, por Rui Penalva, que assegurava a propaganda política do grupo adamista.

A divisão territorial e de influência política de Ilhéus, a partir da República, se configura da seguinte maneira:

Quatro distritos eleitorais: um urbano (Cidade) e três rurais (Itaipé, Cachoeira de Itabuna e Almada). Os distritos de Itaipé e Almada eram dominados politicamente pelo coronel Adami de Sá, enquanto o distrito de Cachoeira sofria a influência do coronel Pessoa (RIBEIRO, 2005, p. 44).

A essas divergências políticas se somam investidas para que os nomes das famílias da aristocracia ilheense se perpetuem, por meio dos feitos arquitetônicos e das mudanças nos lugares públicos da cidade.

Ainda de acordo com Ribeiro (2005), o exercício do poder se dá em âmbito familiar, vínculos de amizade e herança política tradicional. A permanência no cenário de governo faz com que grande parte dos coronéis deixem de residir em suas fazendas para construir e ocupar os palacetes na cidade, com objetivo explícito de demonstrar seu lugar de poder, prestígio social e econômico.

Essas disputas políticas e econômicas entre as famílias Adami e Pessoa compõem o arsenal historiográfico da região cacaueira, mas, por outro lado, dialoga e se aproxima da narrativa ficcional em *Gabriela, Cravo e Canela*, à medida que, confirma que o personagem, o coronel Ramiro Bastos, faz alusão ao coronel Pessoa e Adami, porém, de maneira mais ampla, personifica o coronelismo regional e o uso da máquina pública como equiparação e extensão de suas propriedades.

Ao coronel Ramiro soma-se vários outros fazendeiros, comerciantes, advogados, homens de *status* na cidade que, a cada eleição, confirmam a fidelidade ao mandatário municipal. “Amigos incondicionais, parentes seus, revezavam-se no cargo, não moviam uma palha sem a sua aprovação” (AMADO, 2002, p. 58).

As distâncias entre os personagens históricos e literários se encurtam, sobretudo, quando se confirma, no romance, a inauguração do ficcional *Jornal Diário*, antes contestada pelo coronel Ramiro Bastos, mas patrocinado por Mundinho Falcão. Sobre o perigo político de ter um jornal; o coronel afirma: “essa coisa de *Jornal Diário* é um perigo. Bastava não satisfazer um pedido de Clóvis para ter o jornal fazendo oposição, metendo-se nos negócios municipais, esmiuçando, arrastando a reputação na lama” (AMADO, 2002, p. 60).

As críticas políticas dos Pessoístas aos Adamistas se evidenciam nos noticiários do jornal *Gazeta de Ilhéus*, a exemplo da acusação feita por falta de mictórios na cidade, que atribuem a culpa aos Domingo Adami e Ernesto Sáe que os apontam de assaltarem a municipalidade e de fazerem uso da força e prepotência.

De igual modo, na trama do romance, se atribui ao *Jornal Diário* “uma série de artigos [...] desmascarando o governo, a intendência” (AMADO, 2002, p. 69) e é um veículo, por meio do qual, se busca enfraquecer a imagem emblemática do respeitado coronel Ramiro Bastos.

Ao demarcar os lugares de atuação e influência na cidade, os coronéis do cacau atraem, para si, o referencial do progresso, o agente provedor da transformação urbana, de uma Ilhéus

colonial, para o progresso civilizador, que assemelha à cidade do interior baiano, ao Rio de Janeiro e cidades europeias. Segundo Ribeiro (2005), Domingos Adami inicia, em 1904, várias obras portuárias; esgotos, estradas e pavimentação de ruas. Mangabeira-Lavigne 1908-1912, de igual modo, realiza trabalhos nas redes de esgoto, calçamentos e alargamentos de ruas, demolições e estradas, investimentos nas residências com

Móveis de luxo mandados vir do Rio, piano de caudas para compor as salas, as lojas sortidas, multiplicando-se o comércio, bebidas correndo nos cabarés, mulheres desembarcando dos navios, o jogo campeando nos bares e nos hotéis, o progresso enfim, a tão falada civilização (AMADO, 2002, p. 7).

É esse discurso de civilização que permeia atuação dos coronéis para a mudança estética dos lugares e, seguia, sobremaneira, pela perpetuação dos seus nomes nas ruas, nos monumentos e arquitetura, que tinham a incumbência de fazer memória dos grandes feitos familiares que administravam a cidade.

Os edifícios, de que se destacam, são o Palácio das Figuras; esse nome é atribuído às estátuas que existiam, em sua ornamentação, e pertenciam ao coronel Domingos Fernandes; a casa de João Alfredo Amorim, com frente de azulejo, e as casas de José Amaral Pacheco e Rodolfo Vieira, Ribeiro (2005). Além do Palácio da Intendência de estilo neoclássico que prefigurou, esteticamente, as demais construções erguidas no período. Segundo o *Jornal de Ilhéus* de 29 de novembro de 1912, o coronel Antonio Pessoa autoriza a iluminação pública, com 23 lâmpadas, no arraial de S. João da Barra do Pontal; essa obra foi inaugurada no dia do trabalho, pelo intendente interino Misael Tavares, noticiada pelo mesmo jornal em 27 de abril de 1913.

O *Correio de Ilhéus*, por sua vez, traz uma matéria sobre as obras de saneamento e de estruturação do porto, como um dos marcos do progresso que veio ao encontro dos anseios da população, pois,

Ao longo do cais do nosso porto e as que iniciaramno aprazível arrabalde de Copacabana. As obras de mais urgências, no referido subúrbio, que estão no cargo da Stateof Bahia que mediante certa contribuição do Município, tomou a executá-la, de acordo com o tratado da engenharia municipal, assim como os do caes têm a cooperação do coronel Bento Berillo, na qualidade de concessionário do porto da cidade (Correio de Ilhéus, 1922).

O nome Copacabana tem relação com o cenário estético carioca, que influencia a estrutura urbana de Ilhéus. De acordo com Ribeiro (2005), a construção da réplica do Cristo Redentor, no governo de Mário Pessoa (do final da década de 30 até 1942), confirma a influência carioca na cidade de Ilhéus. A ressignificação urbana, a tentativa de construir nova memória, agora

promissora, em detrimento da vila colonial, demonstra que os elementos que compõem esses espaços estão sempre variando pelo movimento da História.

Segundo Santos (1997), em um mesmo lugar, os elementos se modificam e cada elemento do espaço, homens, firmas, infra-estruturas estão em relação com as demais instâncias, ainda que subordinadas ao movimento do todo, ou seja, do conjunto dos lugares. Têm-se novos valores, novas regras e leis. Assim, das ruínas das capitânias, Ilhéus surge como a “capital do cacau”. “*É o progresso!* Dizia-nos, orgulhosamente, conscientes de concorrerem todos para as mudanças tão profundas na fisionomia da cidade e nos seus hábitos” (AMADO, 2002, p. 13).

Todavia, o romance ironiza e crítica aos discursos de progresso que predominam nos partidos e nas famílias dos coronéis, que se perpetuam no poder e que se constroem no cotidiano, nas mesas do Bar Vesúvio, nas praças e nos cabarés.

Entre os espaços transitados e animados pelos coronéis de cacau, na ficção e na história, se destacam o Vesúvio e o Bataclan. O Vesúvio, com a culinária diversificada, torna-se ponto de encontro e, muitas vezes, desentendimentos entre seus frequentadores. A propaganda do estabelecimento era difundida nos anúncios de jornais que circulavam na cidade:

completo e variado sortimento de doces seccos e caldos, nacionais e estrangeiros. Bebidas finas, conservas, leite, café, chocolate, pasteis, comidas frias, todas as noites. Especial sorvete com creme e de frutas. Encarrega-se em preparar doces para casamentos, batizados e banquetes, etc. Garantimos refeição e asseio nos seus trabalhos, assim como aceita encomendas para fora da cidade por preços razoáveis (Jornal de Ilhéus, 1912).

A respeito da importância do Vesúvio para a elite ilheense, a narrativa literária reconhece ser, o bar, um bom negócio em Ilhéus. Confirma-se na literatura amadiana que o espaço oferece “variedades de sortimentos de bebidas, sorvete para as famílias na hora do passeio à tarde pela nova avenida na praia e nas saídas dos cinemas [...] e, mais que tudo, os salgados e os doces para as horas do aperitivo” (AMADO, 2002, p. 43).

Assim, na ficção, o bar é transitado pelos coronéis Amâncio, Melk, Ribeirinho, e demais coronéis, além de outros ricos como Osnar Farias, Maluf etc. Nomes que fazem alusão à elite social da “Capital do cacau”. As famílias de renome, na cidade, frequentam as distrações cinematográficas, a exemplo do *Cinema São João*, inaugurado em 1913 e divulgado no *Jornal de Ilhéus*:

Começou a funcionar ontem no Hotel Coelho, exibindo novas e magníficas fitas, o *Cinema São João* propriedade da empresa Maluf & Mastregelo. –Hoje haverá nova função cinematográfica com programma inteiramente diverso do de hontem. Falta de diversão como se encontra a nossa população, é de esperar que Ella acolha bem o novo cinema dando boas casas aos empresarios (Jornal de Ilhéus, 1913).

Porém, toda essa movimentação não se equipara aos cabarés, a exemplo do Bataclan, principal espaço de diversão e expressão da *macheza* dos fazendeiros. Ilhéus, em fama de progresso, recebe pessoas de outras regiões, que desembarcam na cidade, mulheres que vinham animar a vida noturna dos coronéis e da elite ilheense e, é assim que se instala em “1913 num amplo sobrado na praça José Marcelino e ganharia fama em toda a região sul: o Bataclan” (FALCÓN,1995, p. 46), com seus ilustres frequentadores, “exportadores, fazendeiros, comerciantes, viajantes de grandes firmas. Mas, na rua do canto havia outros, onde se misturavam trabalhadores do porto, as mulheres mais baratas [...] a orquestra animava a noite (AMADO, 2002, p. 124). A esses lugares, o Vesúvio e Bataclan, como recortes de vários outros, compõem os espaços de atividade lúdica e de prazer dos coronéis e da elite social da cidade de Ilhéus. Assim, com a produção do cacau e a escalada discursiva do progresso, movimenta, desde a arquitetura urbana, às noites animadas pelos espetáculos, bebidas e sexo.

Desse modo, *Gabriela, Cravo e Canela* faz referência ao progresso que é construído nos discursos da elite e nos lugares-espacos que são ocupados e animados pelos novos ricos, ou que a eles favoreçam política e economicamente. Esses discursos progressistas tonificam os noticiários impressos, o cotidiano e a produção de textos encomendados a respeito da história da cidade de Ilhéus, que segundo Ribeiro (2001), tinha a incumbência de reafirmar posição política e social. Eusínio Lavigne é um exemplo a ser considerado, já que patrocina o escritor Epaminondas Berbert, líder político e intelectual, para favorecer, em sua escrita, seu grupo político com a explícita intenção de perpetuar seu poder familiar e dos correligionários, por meio das demarcações dos lugares.

Se o lugar, como pensa Augé (1994), consuma-se pelo uso da palavra, pelo referencial simbólico compactuado na convivência e na intimidade dos locutores, ao que chama de lugares antropológicos e implica que os códigos partilhados se classificam em lugares - memórias. Isso significa que os lugares não se encerram em si mesmos, mas têm sentido pela presença e ação humana, portanto, os lugares reais e ficcionais, até aqui descritos, da cidade de Ilhéus, devem ser vistos num prisma mnemônico do coronelismo. As ruas e seus alusivos nomes, os palacetes, a ferrovia, o porto, as iluminações públicas em São João do Pontal, a réplica do Cristo Redentor são elementos que contribuem para a construção da memória local

Porque, pela experiência, sabemos que um lugar traz associações à memória. Ao usar signos como uma âncora ou uma arma para as ‘coisas’, ou ao evocar uma única palavra como signo por meio do qual a frase como um todo virá à mente, o sistema que ele descreve torna-se plausível e compreensível. É o que de fato, poderíamos chamar de mnemônica (YATES, 2007, p. 42).

A memória organiza-se em mecanismos que lhe permitem a instauração e a manutenção de forças e controles coletivos. Essas manifestações são imprescindíveis para o conhecimento das várias organizações sociais e seus processos de transformações, bem como suas permanências ao longo dos tempos. Em outras palavras, há expansão da memória através desses monumentos, os símbolos, as figuras e as construções perpetuam as ações e possibilitam novos sentidos sociais. Imortalizam-se nessas representações, tornam-se lembrados através dos lugares e dos ícones erguidos.

A partir dessas deduções merecem atenção os jazigos, como lugar de “eterna” memória dos coronéis. A morte do Ramiro Bastos é momento inaudito na cidade, no romance *Gabriela*. Notícia-se no ficcional *Diário de Ilhéus*:

Nessa hora de luto e dor cessam todas as divergências. O coronel Ramiro Bastos foi um grande homem de Ilhéus. A ele deve a cidade, o município e a região muito do que possuem. O progresso de que hoje nos orgulhamos e pelo qual nos batemos, sem Ramiro Bastos não existiria (AMADO, 2002, p. 333).

O fato mobiliza grande multidão que preenche as ruas, a ladeira da Vitória e o enterro se realiza, às cinco horas. À noite, a cidade em luto, pois “os cinemas fechados, os cabarés apagados, os bares vazios, a cidade parecia deserta como se todos tivessem morrido” (AMADO, 2002, p. 333). A narrativa do romance de Jorge Amado, sobre a morte do coronel Ramiro Bastos, permite entrever, que além das mudanças dos lugares dos vivos, o culto à morte, na configuração dos novos ricos do cacau, ganha relevância, no século XX, na cidade de Ilhéus.

Os lugares dos mortos compõem o ornamento e o rearranjo simbólico de manifestação do poder político e de *status* social. Sobre o cemitério da cidade, havia uma precariedade, uma vez que era cercado de estacas, apenas uma parede em sua entrada, o que possibilitava o acesso de muitos animais (Ribeiro, 2005).

Portanto, até o início do século XX, não há preservação pública ou privada do espaço e esse aspecto só começa a conquistar uma mudança, concomitantemente, com a euforia do progresso e as ações dos políticos e das famílias de prestígio na sociedade ilheense, como noticiado no *Jornal de Ilhéus*,

O sr. coronel Misael Tavares da Silva, honrado intendente interino, em companhia do engenheiro do município e de outras pessoas, se dirigiram na quinta -feira última ao alto da Vitória afim de examinar as obras do novo cemitério voltando d’alli satisfeito pelo bom andamento que vão tendo as mesmas (Jornal de Ilhéus, 1912).

As obras realizadas, no cemitério, passam a compor os discursos políticos ligados a Pessoa e se tornam uma extensão das construções de relevância estética da cidade, a exemplo das novas residências da burguesia do cacau e dos acintosos palacetes. Assim, pode-se estabelecer, por verossimilhança, o evento-morte de Ramiro Bastos, com dois momentos que marcam, significativamente, a vida política de Ilhéus. Primeiro, a morte do coronel Misael Tavares, maior produtor de cacau do mundo, que assim é descrito no *Diário da Tarde*:

O coronel Misael Tavares era um lutador incansável, apesar da sua idade avançada. Tendo uma origem humilde, vivendo uma mocidade laboriosa e obscura, conseguiu uma fortuna que é cada vez maior de mais sólida da Bahia, ultrapassando seu nome as fronteiras da nossa terra como o 'rei do cacau' por sem dúvida o mais opulento dos proprietários agrícolas da região. O seu nome ficou definitivamente ligado a todos os empreendimentos no sentido do maior progresso desta terra, onde aplicou sistematicamente seus capitais, como por exemplo, em construção urbana que são as mais importantes da cidade [...] Todo o comércio fechou as portas em sinal de pesar, havendo as instituições de classe a que pertencia, hasteado a bandeira em funeral, e o prefeito encerrado o expediente municipal (Diário da Tarde apud RIBEIRO, 2005, p. 158).

O segundo exemplo é a morte de Pessoa, que reúne, no ato fúnebre, peculiar identificação com o do personagem Ramiro Bastos, descrito no *Diário da Tarde*:

Apesar das chuvas que caíram à hora do enterro, grande multidão, onde se viam autoridades civis, militares, representantes de todas as classes sociais e o povo geral, já se achavam às 17 horas em frente à residência do ilustre extinto aguardando o saimento do féretro. Poucos minutos depois da hora marcada o rico ataúde era retirado do cadafalco armado no salão principal da residência por pessoas da família, formando longo préstito a caminho do cemitério da Vitória. Na ladeira que leva à necrópole os postes de iluminação pública e as árvores ostentavam grandes laços negros de crepe. À frente do cortejo seguia o vigário da cidade, ladeado por membros da irmandade da Santa Casa de Misericórdia do qual o coronel Pessoa era o provedor há muitos anos [...] Antes do corpo descer à sua última morada, usou a palavra em primeiro lugar, o advogado Heitor Dias que em comovente discurso traçou, em síntese, a vida do morto, focalizando sua atuação na direção política deste município, tecendo merecidos elogios à velhice augusta que agora desapareceu e que bem poderia servir como um exemplo aos moços (Diário da Tarde apud RIBEIRO, 2005, p. 173).

Os lugares tumbários dos coronéis de cacau, sua ostentação imagética, suas dimensões e descrições atualizam na posteridade sua estatura política e social, por meio dos discursos mnemônicos. Por isso, não é difícil constatar que o indivíduo é inserido numa memória sem que dela participe, diretamente, de determinado evento, mas a esta, aderiu, por meio de terceiros, formando uma lembrança através de instrumentos que lhe servem de abertura ou baliza, esses instrumentos estão depositadas em um conjunto social.

As imagens dos acontecimentos adentram nossa consciência refugiadas nas nossas vivências pessoais, mas há sempre o fora de si, o qual impele o indivíduo para que passe a ver sob o ponto de vista do grupo e, os atos, por sua vez, são quase sempre referenciados pela memória social. Para isso, os lugares e as imagens são imprescindíveis. “Um *locus* é um lugar facilmente apreendido pela memória. Imagens são formas, signos distintivos, símbolos (*formae, notae, simulacra*) daquilo que queremos nos lembrar” (YATES, 2007, p. 23).

De acordo com Ribeiro (2005), o túmulo do coronel Misael Tavares, o maior do sul da Bahia, é um bom exemplo a ser considerado, como lugar de memória que contribui na construção do mito do progresso de Ilhéus, pois oferece rico acervo estético e de poder econômico, através das temáticas variadas, da aproximação entre o sagrado e o profano, símbolos cristãos e pagãos, figuras de crianças, mulheres e homens, além do painel de bronze assinalado pelo artista italiano De Chirico; tudo para enaltecer a lendária figura do mais rico produtor de cacau e político de destaque no sul da Bahia.

Portanto, o coronelismo do cacau faz parte da memória e da história local, primeiro, por meio dos lugares construídos e ocupados pelas famílias e seus herdeiros políticos, como também, os documentos, a demarcação nominal das ruas, a arquitetura, os túmulos e, além disso, pela extensa descrição narrativa da obra de Jorge Amado que contribui, em larga escala, na formação e identificação da história da cidade com a produção do cacau e a atuação dos coronéis na região.

Referências

AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela*: crônica de uma cidade do interior. Rio de Janeiro: Record, 2002.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas: Papirus, 2001.

FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador: UFBA, IANAMA, 1995.

LEAL, Victor Nunes. Considerações finais. In: *Coronelismo, Enxada e Voto*: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Memória e Identidade*: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880-1950). Ilhéus: Editus, 2005.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, Poder e Mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997.

YATES, Frances Amélia. *A Arte da Memória*/ Frances A. Yates; trad. de Flávia Bacher. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Jornal de Ilhéus, 1912-1913

Gazeta de Ilhéus, 1903

Correio de Ilhéus, 1922

Messias Nunes Correia

Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Email: messiasnc@hotmail.com.

Cláudio do Carmo Gonçalves

Doutor em Ciências da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Docente do Mestrado em Letras: Linguagens e Representações - UESC e
Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Enviado em 30 de dezembro de 2013.

Aceito em 15 de março de 2014.